

ESTADO DE RONDÔNIA PODER LEGISLATIVO

CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA PALÁCIO VEREADOR NADIR ERENO GRAEBIN COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

ARTIGOS 43, 49 E 52 DO REGIMENTO INTERNO

PROCESSO LEGISLATIVO Nº 291/2023

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA № 6.847/2023

Proc. 10293/23 P. V. Fls. 022

RELATÓRIO

A Matéria, de autoria do Poder Executivo, está em conformidade com as normas da Constituição Federal, que concede autonomia legislativa aos municípios para tratarem sobre assuntos de interesse local.

A Proposta versa sobre alteração da Lei nº 5.674, de 22 de dezembro de 2023, que dispõe sobre a Instituição do Programa de apoio financeiro às escolas municipais de Vilhena - PAFEMV. O Projeto pretende permitir que as escolas recém inauguradas, e cujos dados não constam do senso escolar e possas aderir ao Programa de Apoio Financeiro às Escolas Municipais de Vilhena - PAFEMV.

Importante salientar ainda que o Projeto se reveste de legalidade e constitucionalidade, e foi elaborado de acordo com a boa técnica legislativa. Portanto, diante da relevância administrativa e social da Matéria, manifesto pelo seu seguimento, encaminhando-a para análise e emissão de parecer pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Vilhena, 19 de dezembro de 2023.

Vereador Dhonatan Pagani Relator/CCJR



ESTADO DE RONDÔNIA PODER LEGISLATIVO CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA

PALÁCIO VEREADORES DO MUNICIPIO DE VILHENA

PALÁCIO VEREADOR NADIR ERENO GRAEBIN

COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

ARTIGOS 43, 49 E 52 DO REGIMENTO INTERNO

PROCESSO LEGISLATIVO Nº 291/2023

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 6.847/2023



PARECER DA CCIR Nº 356/2023

O Relator apresentou análise detalhada do Projeto de Lei Ordinária nº 6.847/2023, cujo objetivo é alteração da Lei nº 5.674, de 22 de dezembro de 2023, que dispõe sobre a Instituição do Programa de apoio financeiro às escolas municipais de Vilhena - PAFEMV.

Portanto, considerando a legalidade, constitucionalidade, boa técnica legislativa e relevância administrativa da Matéria, a COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO emîte Parecer Favorável, para que o Projeto de Lei seja deliberado em Plenário.

Vilhena, 19 de dezembro de 2023.

Vereador Dhonatan Pagani PRESIDENTE ereadora Clerida Alves

SECRETÁRIA

ereador Wilson Tabalipa

MEMBRO

EFDVH

Ao Plenário 19/12/2023

Vereador Dhonatan Pagani Presidente CCJR